

Nota

Hoje, excepcionalmente, não publicaremos o artigo do escritor e ex-presidente José Sarney, decano da Academia Brasileira de Letras. Ele está hospitalizado em São Luís, Maranhão, em recuperação de cirurgia para desobstrução intestinal, realizada na tarde da sexta-feira

passada. Neste momento, o ex-presidente encontra-se estável e em acompanhamento pós-operatório, sob os cuidados da equipe multidisciplinar do Hospital UDI (Rede D'Or), em São Luís, que o atendeu: Dr. Roberto Cunha e equipe, sob a supervisão do Dr. Carlos

Gama e com a participação dos Drs. Márcio Gonçalves; Dr. Letácio Garcia, Dr. Hiago Sousa; do fisioterapeuta Adriano Araújo e de toda a equipe de enfermagem. Conta também com os cuidados de sua sobrinha, Dra. Julia Bacelar, diretora-geral da Rede D'Or no Maranhão.

O bolso decide: a lição da guerra do Irã para os carros elétricos



» GUILHERME VINHAS
Mestre em economia do direito pela Universidade Rey Juan Carlos, especialista em direito econômico pela Fundação Getúlio Vargas. Autor do livro Fundamentos da Transição Energética

Há mais de três décadas, o planeta enfrenta o desafio de conter o aquecimento global. Acordos internacionais e cúpulas se sucederam sem que as emissões globais de gases de efeito estufa entrassem em trajetória de queda consistente com os objetivos do Acordo de Paris. Recordes de temperatura, incêndios e inundações permeiam o noticiário em todo o planeta.

A redução das emissões de GEE pressupõe a descarbonização do transporte, setor responsável por boa parcela das emissões globais de CO2. O aumento do uso dos biocombustíveis e a gradual eletrificação das frotas de veículos leves são caminhos naturais para reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

O arsenal regulatório criado para acelerar essa transição — mercados de créditos de carbono e tributos verdes, entre outros — também não produziu os efeitos esperados pelo Acordo de Paris.

O dado curioso, e revelador, surgiu a partir de fevereiro de 2026, quando Estados Unidos e Israel atacaram o Irã, dando início a um conflito que fechou temporariamente rotas de exportação de petróleo pelo Estreito de Ormuz e reduziu o fornecimento pelos países do Golfo Pérsico. O barril chegou a ultrapassar US\$ 120, e os preços dos combustíveis derivados de petróleo subiram em dezenas de países.

Na Europa, essa alta do petróleo alavancou uma aceleração da eletrificação. Segundo a Associação de Fabricantes de Automóveis Europeus (ACEA), as vendas de elétricos cresceram cerca

de 30% no primeiro trimestre de 2026 frente ao mesmo período do ano anterior, com picos mensais acima de 35% em março. É o maior salto já registrado no continente.

Nos Estados Unidos, porém, o mesmo choque do petróleo não produziu efeito equivalente: as vendas de elétricos novos caíram cerca de 24% no primeiro semestre de 2026, segundo a Cox Automotive. O fim do crédito federal de até US\$ 7.500 para veículos elétricos, em setembro de 2025, depressiu as vendas. Sem o subsídio federal, a gasolina mais cara não conseguiu fazer com que os consumidores optassem por veículos elétricos.

Esses dois movimentos em sentidos opostos contam a mesma história. Na Europa, a alta dos derivados de petróleo se revelou um estímulo mais eficaz que qualquer estratégia regulatória até então implementada. Nos Estados Unidos, a retirada de um incentivo econômico direto anulou o potencial efeito de um preço de combustível mais alto. Em ambos os casos, quem decidiu o comportamento do mercado foi o impacto no bolso dos consumidores.

A conclusão é inevitável: nenhuma regulação será suficientemente eficaz se não considerar os aspectos econômicos da transição que pretende induzir. Metas de emissão, créditos de carbono e tributos verdes só funcionam quando alteram a equação de custo percebida pelo consumidor.

No Brasil, a estratégia para a eletrificação da frota está estruturada em programas federais, estaduais e municipais, organizados em três frentes: política industrial, incentivos fiscais e de crédito, e regulação de infraestrutura.

A política industrial é baseada no Programa Mover (Mobilidade Verde e Inovação), regulamentado em abril de 2025, que combina incentivos fiscais e financeiros com metas normativas obrigatórias relacionadas à eficiência energética, descarbonização e conteúdo tecnológico.

Em relação aos incentivos fiscais, o Programa Mover zera o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos compactos nacionais cujas emissões sejam inferiores a 83g de CO2/km e produzidos com ao menos 80% de materiais recicláveis. Já o IPVA é definido por estado, criando um cenário em que há isenção total em alguns estados e parcial em outros.

Por sua vez, o Move Brasil é uma linha de crédito gerida pelo BNDES de R\$ 30 bilhões, voltada a motoristas de aplicativo e taxistas para financiar veículos novos (flex, híbridos e elétricos), com valor máximo de R\$ 150 mil. A lógica econômica é direta: quem roda longas distâncias diariamente sente mais o custo do combustível e tem maior estímulo para aderir aos veículos elétricos.

Quanto à infraestrutura de estações de recarga, há um crescimento acelerado: o Brasil ultrapassou 25 mil pontos de recarga públicos e semi-públicos em maio de 2026, um salto de 20,9% em apenas três meses, com a recarga rápida já representando cerca de 34% da rede.

A redução do custo de aquisição dos veículos elétricos (isenção de IPI), do custo de utilização (IPVA e menor custo de recarga) e do custo de oportunidade na recarga (infraestrutura obrigatória em rodovias e direito garantido em condomínios) é fundamental para fomentar a transição energética, pois afeta diretamente o orçamento dos consumidores.

A estratégia brasileira está no caminho certo. Os recentes movimentos nos mercados norte-americano e europeu deixam uma lição incômoda: combater o aquecimento global tem um custo e, de forma geral, os consumidores não estão dispostos a pagá-lo. A saúde financeira dos consumidores é, portanto, uma variável indissociável de qualquer política pública que queira ter alguma chance de sucesso. Nesse sentido, a estratégia brasileira parece apon-

tar na direção correta.



Caio Gomez/CB

Federações partidárias: bom pros pequenos, melhor pros grandes



» DANILO IMBIMBO
Mestrando no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB), membro do Núcleo de Estudos do Bicameralismo (UnB)

Em março, o diretório nacional do PSol rejeitou, por 47 votos a 15, a proposta de federação com o PT e renovou a aliança com a Rede. No último 4 de outubro, a federação PSol-Rede ficou de fora da cláusula de desempenho por 186 votos no Espírito Santo. A regra exigia, em 2026, 2,5% dos votos válidos para a Câmara, com ao menos 1,5% em nove unidades da Federação, ou 13 deputados eleitos em nove delas. Quem não passa perde o acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e TV, e seus deputados podem trocar de legenda sem perder o mandato. A PSol-Rede teve 4,9% dos votos no país e elegeu 15 deputados, mas de forma concentrada: superou 1,5% em oito unidades da Federação e elegeu deputados em seis. No Espírito Santo, parou em 1,49%.

Redistribuindo as cadeiras como se PSol e Rede tivessem entrado na federação Brasil da Esperança, de PT, PCdoB e PV, com os mesmos votos e os mesmos candidatos, o PSol passaria com folga pela cláusula e ganharia um deputado; o PT ficaria com quatro a mais, 74. Essa análise não é uma previsão, porque em uma lista conjunta as

candidaturas e a campanha poderiam ser outras. De todo modo, ela mostra o tamanho das apostas.

Esse episódio ajuda a entender o que as federações se tornaram na sua terceira eleição. Criadas pela Lei 14.208/2021 para amortecer o fim das coligações nas eleições proporcionais e a cláusula de desempenho, ambos aprovados em 2017, elas nasceram como boia para os partidos pequenos. Foram também chamadas de válvula de escape para os pequenos partidos. Em 2026, continuaram cumprindo esse papel, mas passaram a funcionar também como alavanca para os grandes.

PCdoB, PV, PSDB e Cidadania só superaram a cláusula porque estavam federados. Sozinhos, PCdoB e PV elegeriam dois deputados cada, em vez de 11 e sete, respectivamente. O PSDB faria nove, e não 11, e ficaria abaixo da linha, assim como o Cidadania, que não elegeu ninguém.

O arranjo custa cadeiras ao partido maior. Sem a federação, o PT teria 73 deputados, três a mais do que os 70 que elegeu. Em uma lista conjunta, as cadeiras ficam com os candidatos mais votados da federação, seja qual for o partido, e parte dos votos petistas acaba elegendo nomes do PCdoB e do PV. O PT cedeu cadeiras próprias, mas o bloco ganhou: a federação elegeu 88 deputados; separados, os três partidos fariam 77.

Por outro lado, a União Progressista, de União Brasil e PP, não precisava se federar para sobreviver, já que os dois partidos superariam a cláusula sozinhos. Juntos, elegeram 87 deputados, 12 a mais do que somariam separados. A Renovação

Solidária, de PRD e Solidariedade, ficou abaixo da cláusula de qualquer forma, mas a aliança lhe rendeu sete cadeiras em vez de três. No total, as cinco federações deram aos seus 11 partidos 30 deputados a mais do que teriam sem nenhuma federação, tirados principalmente de quem correu sozinho, como MDB, PL e Republicanos.

Parece um erro, porém, enxergar nas federações as velhas coligações. A fragmentação da Câmara caiu. O número efetivo de partidos (NEP), índice que mede a fragmentação da Casa, foi de 16,46 em 2018, um dos mais altos do mundo. Em 2026, ficou em 8,83 contando os partidos um a um e em 7,25 contando cada federação como um só ator. Parte da queda se deve ao fim das coligações, à própria cláusula e a fusões como a que criou o União Brasil. Ainda assim, ao contrário das coligações, que se desfaziam depois da eleição, as federações duram ao menos quatro anos e obrigam os partidos a atuar como uma única bancada, são como um casamento forçado.

As federações são, portanto, uma estratégia nova que recupera algo do jogo antigo. Na urna, funcionam como as coligações: somam votos de partidos diferentes em uma mesma lista e convertem essa soma em cadeiras. A novidade está no que vem depois da apuração, e é no plenário que se decide o que elas de fato são. Se os parceiros votarem juntos, a Câmara funcionará com pouco mais de sete partidos efetivos. Se cada um seguir seu caminho, o casamento terá sido apenas uma coligação com prazo de validade mais longo.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circacunha@adabr.com.br

Ler o mundo com os dedos e com o coração

Há coincidências que o calendário produz por acaso e que a consciência transforma em sentido. No Brasil é o Dia do Professor; no plano internacional, é a data dedicada à bengala branca, símbolo da autonomia das pessoas cegas e com baixa visão. Nenhum decreto uniu as duas celebrações, mas a vida as aproximou: de um lado, quem ensina a ler o mundo; do outro, quem o lê de outras maneiras. Entre os dois, há uma pergunta que merece ser feita com calma: o que significa, afinal, enxergar?

1824

A resposta começa no Braille. Um adolescente de 15 anos, Louis Braille, cego desde a infância, reduziu o alfabeto a seis pontos em relevo e abriu uma porta que séculos de exclusão haviam mantido fechada. O gesto é, ao mesmo tempo, científico, porque exigiu rigor na criação de um código; artístico, porque transformou o toque em escrita e a ponta dos dedos em olhos; e pedagógico, porque Braille não guardou a invenção para si: tornou-se professor na mesma instituição que o formara para que outros pudessem atravessar a ponte que havia construído. No Brasil, essa travessia ganhou rosto institucional com o Instituto Benjamin Constant, criado no Rio de Janeiro em 1854, onde gerações aprenderam que a cegueira não é ausência de inteligência, de imaginação ou de futuro.

Nato

O professor trabalha com o invisível: a dúvida que ainda não foi dita, o talento que ainda não se mostrou, o sentido que só aparece depois de anos. O leitor de Braille, por sua vez, trabalha com o que os olhos não alcançam e descobre que a leitura é, antes de tudo, atribuição de significado. Ler não é reconhecer formas; é construir compreensão. Nesse sentido, todo bom professor ensina a tatear, a desconfiar das aparências e a buscar o que está por trás da superfície das coisas.

Exemplo

A história de Anne Sullivan e Helen Keller, que aprendeu a reconhecer a palavra água quando a professora soletrou-a em sua mão sob o jorro de uma bomba, é talvez a cena mais conhecida dessa pedagogia do toque. O que ali floresceu não foi apenas uma técnica, mas um vínculo: a certeza de que havia alguém do outro lado insistindo em ser compreendido. Esse episódio ensina que o método importa, mas a presença importa mais. Antes de ensinar qualquer conteúdo, o professor ensina ao aluno que ele é digno de atenção e capaz de aprender, e isso vale para quem lê com os olhos, com os dedos ou com os ouvidos.

Na arte

Uma escultura pode ser compreendida pelas mãos, uma melodia desenha paisagens sem uma única imagem, e um poema acende cenas que nenhuma retina registrou. Museus que oferecem réplicas táteis, teatros com audiodescrição, livros em formatos acessíveis e escolas de música abertas a todos mostram que a sensibilidade não depende de um único sentido. A educação, quando é verdadeiramente humana, faz o mesmo: forma o olhar, mas também a escuta, o tato, a memória e o afeto. Há uma leitura do mundo que se faz com o coração, e é ela que impede que o conhecimento se torne frio, e a técnica, desumana.

Mestre

Há a cegueira de quem olha e não percebe. Em toda escola, existem alunos invisíveis, aqueles que não perguntam, que se escondem no fundo da sala, cujas dificuldades ninguém nomeia. Em toda cidade existem pessoas que passam despercebidas porque não cabem nos padrões que o espaço público presume. A grande lição que o Dia dos Deficientes Visuais oferece aos que enxergam é a de que ver não garante perceber, e a que educar é, em grande parte, aprender a enxergar quem ainda não foi visto. O verdadeiro mestre é aquele que, diante de uma turma, vê pessoas, e não apenas uma fila de rostos.

Nos dias de hoje, a bengala e o giz, ou o teclado e a tela, são instrumentos de orientação. A bengala explora o chão antes do passo, antecipa o obstáculo e devolve a quem a usa a liberdade de caminhar por conta própria. O educador sonda o terreno do conhecimento junto com o educando e o prepara para andar sem ele. Em ambos os casos, o objetivo é a autonomia, e a autonomia, ao contrário do que o individualismo contemporâneo sugere, nasce da relação com o outro.

Por fim

Ensinar o mundo com a alma além do olhar é um desafio. Às escolas e aos governos, para que a acessibilidade seja regra e não favor. E a cada um de nós, para que aprendamos a ler o que não se vê, porque é ali, com frequência, que a humanidade inteira nos espera.

A frase que foi pronunciada:

“Nunca se pode consentir em rastejar quando se sente o impulso de voar.”

Helen Keller

História de Brasília

Uma particularidade da Campanha do Agasalho foi visivelmente comentada na sede das Pioneiras: no bolso de um paletó ofertado, foi encontrada uma dentadura, que está à disposição do dono. (Publicada em 26/5/1962)